

# MILITÂNCIA DA MULHER NEGRA NO BRASIL E A IDEOLOGIA DE GÊNERO: HÁ MACHISMO NO MOVIMENTO NEGRO?

*Jacielle da Silva Santos* (UFNT e SEDUC-TO)

[jacyla03ale@gmail.com](mailto:jacyla03ale@gmail.com)

*Janete Silva dos Santos* (UFT e UFNT)

[janetesantos@uft.edu.br](mailto:janetesantos@uft.edu.br)

*Lúcia Maria de Assis* (UFF e UFNT)

[luciaassis@id.uff.br](mailto:luciaassis@id.uff.br)

## RESUMO

No presente artigo, utilizamos uma matéria do Jornal SINBA do fim da década de 70, na qual analisamos os discursos, que vão sendo construídos culturalmente pela historiografia positivista, e a posição da vertente militante dos movimentos sociais negros sobre a participação da mulher negra nesses movimentos. O Jornal utilizado para análise é um espaço para a divulgação de movimentos que lutam contra o racismo e o colonialismo. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa a partir de uma revisão histórica e bibliográfica que seguirá os pressupostos da Análise do Discurso francesa. Para isso, discutimos a noção de memória discursiva e interdiscurso e os sentidos construídos pelo sujeito nas interações sociais, os quais, por meio da enunciação, fazem ecoar a ideologia de gênero masculino em detrimento do feminino, ressoando o machismo estrutural. Como resultado, constatamos que o preconceito de gênero, enraizado em nossa cultura, fez-se presente também na luta social do movimento negro.

**Palavras-chave:**

Ideologias. Movimento Negro. Mulher Negra.

## ABSTRACT

In this article, we used an article from the Jornal SINBA from the end of the 70s, in which we analyzed the discourses, which are culturally constructed by positivist historiography, and the position of the militant side of black social movements on the participation of black women in these movements. The Journal used for analysis is a space for the dissemination of movements that fight against racism and colonialism. Methodologically, this is a research with a qualitative approach based on a historical and bibliographical review that will follow the assumptions of the French Discourse Analysis. For this, we discuss the notion of discursive memory and interdiscourse and the meanings constructed by the subject in social interactions, which, through enunciation, echo the male gender ideology to the detriment of the female, resonating structural male chauvinist. As a result, we found that gender prejudice, rooted in our culture, was also present in the social struggle of the black movement.

**Keywords:**

Ideologies. Black Movement. Black woman.

## 1. Introdução

O presente artigo surge do interesse em suscitar discussões sobre o papel social da mulher negra num período em que o preconceito de gênero e cor é exposto abertamente nas redes sociais. Historicamente, vivemos em uma sociedade machista e preconceituosa que teceu, ao longo dos anos, um discurso de superioridade do homem em relação à mulher. Entretanto, conforme apresentado por Djamila Ribeiro (2017), quando essa mulher é negra, ela sofre com uma imagem negativa duplamente construída, pois não é homem e não é branca. A dupla negatividade empurra essa mulher para atividades que não são socialmente reconhecidas. Isso é fato comprovado por fato, pois, segundo Ribeiro,

[...] pesquisa desenvolvida pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social em parceria com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), de 2016, mostra que 39,6% das mulheres negras estão inseridas em relações precárias de trabalho, seguidas pelos homens negros (31,6%), mulheres brancas (26,9%) e homens brancos (20,6%). Ainda segundo a pesquisa, mulheres negras eram o maior contingente de pessoas desempregadas e no trabalho doméstico. (RIBEIRO, 2017, p. 24)

De acordo com a pesquisa apresentada acima, é comum a mulher ‘negra’, devido a um estereótipo difundido pela classe dominante, além de estar social e economicamente obrigada a realizar apenas trabalhos domésticos, seja também ainda vista como objeto de prazer sexual da “casa grande”. Ou seja, socialmente a mulher negra cresce à margem e quando essa mulher rompe com a estrutura pré-determinada, acaba sofrendo racismo. É nesse sentido que Luana Tolentino depõe ao portal Geledéz:

É esse olhar que fez com que o porteiro perguntasse no meu primeiro dia de trabalho se eu estava procurando vaga para serviços gerais. É essa mentalidade que levou um porteiro a perguntar se eu era a faxineira de uma amiga que fui visitar. É essa construção racista que induziu uma recepcionista da cerimônia de entrega da Medalha da Inconfidência, a maior honraria concedida pelo Governo do Estado de Minas Gerais, a questionar se fui convidada por alguém, quando na verdade, eu era uma das homenageadas. (Casos de racismo, Portal Geledéz, 22/07/2017).

Essa construção racista refletida nos comportamentos sociais fazem parte do cotidiano não somente de Luana, mas de todas as mulheres negras. Infelizmente, ações como as citadas acima vem sendo passadas de geração a geração, em um *continuum* que ganha força nas relações sociais. Desse modo, nas discussões a respeito do ativismo social feminino a projeção de mulher como somente capaz de tarefas domésticas, não é diferente. Tauana Gomes Silva destaca em sua tese que

Para a sociedade em geral, o ativismo das mulheres negras acontece somente nos níveis cultural, religioso e familiar, mas nunca no quadro político partidário e/ou intelectual. (GOMES SILVA, 2019, p. 16)

Tal juízo de valor ancora uma visão machista e preconceituosa em relação à mulher, já advinda do lar, pois o preconceito de gênero também está dentro de casa, nas relações familiares. Ressalte-se, entretanto, que, em 1977, o país vivia uma ditadura. De acordo com Marize Conceição de Jesus (2016), a ditadura civil-militar brasileira, sustentando o mito da democracia racial, aproveitou-se do imaginário racista preexistente e engendrou uma perseguição silenciosa contra as ações de qualquer movimento social negro, acusando-o de promover uma cisão inexistente entre brancos e negros. Nessas conjunturas, segundo Haroldo Costa (ator, escritor e militante negro):

Cada vez que há um endurecimento, um fechamento político, o negro é atingido diretamente porque todas as suas reivindicações particulares, a exposição de suas ânsias, a valorização de sua história, desde que não sejam feitas segundo os ditames oficiais, cheiram à contestação subversiva. (COSTA *apud* CEV-SP, 2015, p. 1)

Reforçando o que disse Costa, apoiamo-nos em Bernardo Kucinski (1991), ao destacar que os jornais negros, durante a ditadura civil-militar, tiveram vida útil bem curta e muitas dificuldades em relação à circulação, tiragem e financiamento. Apesar disso, são considerados representativos na história do protesto negro no Brasil contemporâneo.

Sob esse viés, tratamos neste artigo – por meio da Análise do Discurso francesa – as ideologias construídas culturalmente sobre a mulher negra brasileira. Tomamos o conceito de ideologia a partir das discussões de Cleudemar Fernandes (2008), o qual a define como uma “concepção de mundo do sujeito inscrito em determinado grupo social em uma circunstância histórica” (FERNANDES, 2008, p. 22). Utilizamos, para isso, uma matéria do jornal antirracista SINBA<sup>1</sup>, do final da década de 70, sobre “O movimento negro e associações”. A adoção de jornais na luta antirracista demonstra uma crença na imprensa como articulação importante na defesa de direitos fundamentais para a população negra.

---

<sup>1</sup> Órgão de divulgação da Sociedade de Intercâmbio Brasil/África (JORNAL SINBA/RJ). Conforme publicado pela redação do Jornal, em julho de 1977, o periódico era um órgão de debates criado para a participação de todos. Utilizado como meio de divulgação de movimentos que lutavam contra o racismo e o colonialismo.

Em linhas gerais, Gabrielle Abreu (2019) aponta que os “jornais negros” se apresentam como espaço para denúncias, troca de informações, disseminação de ideias, reivindicações e conclamações. Esse jornal, portanto, constitui importante fonte na investigação de reflexões e ações dos movimentos sociais negros que atuaram no país. Assim, descrevemos, abaixo, a matéria escolhida para essa discussão e analisamos os discursos que foram sendo construídos a respeito do papel da mulher negra na sociedade pela historiografia positivista em contraponto à vertente militante (dita não oficial).

Nesta análise, discutimos, a partir da noção de memória discursiva e sua relação com o interdiscurso, quais sentidos construídos pelo sujeito vão sendo manifestados nas interações sociais. Vale destacar que, quando nos referirmos ao termo sujeito, dialogando com Fernandes (2008), trabalharemos com o conceito de diferentes vozes sociais, marcados por intensa heterogeneidade e conflitos. Para isso, lançaremos mão de pressupostos da Análise do Discurso francesa. Antes, porém, é importante que se explicitem um pouco mais as noções sobre o movimento negro no Brasil e a participação da mulher, principalmente na época em que se insere o jornal aqui analisado, ou seja, o período da ditadura civil-militar brasileira.

## ***2. O movimento negro durante a ditadura civil-militar***

Em uma sociedade que sempre relegou o negro aos trabalhos braçais e domésticos, não era de se esperar que se considerasse sua luta por igualdade social e política. Apesar da suposta libertação trazida pela Lei Áurea, no Brasil, o negro continuou sem acesso à educação formal, ou seja, não lhe foi dada mínima condição de vida digna. Na verdade, após a abolição, o negro continuou à margem da sociedade, o que o levou, com o tempo, à mobilização de pautas que visassem ao combate do sistema colonial racista imposto.

Ainda nesse contexto, já no século XX, em consonância com algumas ideias difundidas por partidos comunistas como o PCdoB junto às periferias, os negros se organizaram e continuaram a resistir e defender a equidade social. Vale ressaltar que as mulheres negras não foram indiferentes à luta social e política, apesar de serem, historicamente, negligenciadas. Vemos, então, que

[...] cientistas sociais especialistas do período caracterizado pela ditadura civil-militar (1964–1985) insistem em apontar a (quase) nula atuação das mulheres negras nos movimentos sociais. (GOMES SILVA, 2019, p. 60)

Entretanto, a situação ‘real’ é bem diferente. Muitas mulheres, inclusive as negras, atuaram na linha de frente de movimentos contrários ao regime autoritário. Ainda, de acordo com a pesquisa de Tauana Gomes Silva (2019), desde as décadas de 60 e 70 essas mulheres já participavam das lideranças políticas sociais. No entanto, sempre foram lembradas como mães, irmãs, esposas ou colaboradoras de algum guerrilheiro, sindicalista ou ativista político contrário à ditadura. Invariavelmente, quando mulheres aparecem como protagonistas de movimentos sociais, os nomes lembrados são, em sua maioria, de mulheres brancas, estudantes universitárias. Vale lembrar que o ingresso na educação superior no terceiro quartel do século XX ainda era reservado às elites. Sendo assim, eram raros os casos de negros (principalmente mulheres), que chegavam a ele. A maioria mal era alfabetizada e batalhava para que seus filhos pudessem frequentar escolas, mesmo fora dos círculos educacionais:

No que diz respeito à esfera do lar e da família, as negras se organizavam na luta contra a carestia de vida e pela infraestrutura dos bairros populares (rua e edifícios, transportes, água, esgoto, luz elétrica, creches, postos médicos, escolas, espaços recreativos, mercados, propriedades de terras etc.) e, ao mesmo tempo, essas mobilizações as faziam articular diretamente com as ideologias de esquerda. Enquanto moradoras das zonas periféricas e trabalhadoras, elas se interessavam, por um lado, pelas teorias vigentes que defendiam a igualdade e a justiça social, bem como por práticas políticas que, paralelamente, eram instrumentos susceptíveis de lhes garantir a obtenção das demandas relacionadas à alimentação e à moradia e, por outro lado, elas agiam como integrantes de facções opostas ao regime autoritário. (GOMES SILVA, 2019, p. 19)

Como podemos observar, é a partir das necessidades locais das periferias brasileiras que mães e operárias vão se organizar, juntamente com toda a comunidade, para as reivindicações por condições dignas de moradia, alimentação, trabalho e direito à educação. À medida que as manifestações na comunidade ganham força, alguns partidos, estrategicamente, inserem-se na militância, organizando sindicatos de acordo com a localidade e a força de trabalho. Nesse momento, ideias anarquistas prevalecem e dão espaço às mulheres. Entretanto, as reivindicações são pelas demandas da comunidade em geral.

Segundo Gomes Silva (2019), em meio a pautas coletivas, mulheres negras começam, a partir de seu engajamento político e social, a perceber a discrepância salarial a que estavam sujeitas e a submissão a

uma sociedade machista que sempre relegou a elas uma posição de inferioridade em relação aos homens. Essas demandas desencadeiam uma forte discussão de gênero que vai sendo (re)construída ao longo dos anos, à medida que se percebe a prevalência implícita do machismo, fortemente propagado e consolidado por pais, irmãos, esposos, patrões, vizinhos, etc.

Esse preconceito de gênero, enraizado em nossa sociedade, leva à reflexão sobre como as ideologias são, sócio-historicamente, construídas nas relações sociais. Neste sentido, vemos a Análise do Discurso – doravante AD – como um espaço de dispositivos favoráveis à análise dos dados que serão aqui expostos, haja vista que, segundo Eni Orlandi (1996), o discurso deve ser considerado justamente como a instanciamento do modo de se produzir linguagem, ou seja, é durante o processo discursivo que o sujeito irá manifestar as imagens que faz de si e do outro. Para a autora,

[...] os interlocutores, a situação, o contexto histórico-social, i. e., as condições de produção constituem o sentido da sequência verbal produzida. Quando se diz algo, alguém o diz de algum lugar da sociedade para outro alguém também de algum lugar da sociedade e isso faz parte da significação... há nos mecanismos de toda formação social regras de projeção que estabelecem a relação entre as situações concretas e as representações dessas situações no interior do discurso. É o lugar assim compreendido, enquanto espaço de representações sociais, que é constitutivo da significação discursiva. É preciso dizer que todo discurso nasce de outro discurso e reenvia a outro, por isso não se pode falar em um discurso, mas em estado de processo discursivo, e esse estado deve ser compreendido como resultando de processos discursivos sedimentados, institucionalizados. (ORLANDI, 1996, p. 26)

Sob este prisma, concebemos, neste trabalho, a palavra discurso como uma prática de linguagem construída sócio-historicamente pelos sujeitos. Essa prática está atrelada às escolhas lexicais que representam um grupo e sua ideologia, sendo, portanto, escolhas de cunho histórico-social. Tais preferências geram diferentes efeitos de sentido durante as interações, considerando a posição do sujeito e o momento histórico-social da interação. Dito de outra forma, utilizamos a palavra discurso seguindo a noção tratada em Foucault (2012), a partir da qual não se pensa esse termo como um amontoado de palavras ou frases concatenadas que pretendem exprimir um significado em si, mas como um sistema que estrutura determinada imaginário social.

Assim, tomar o discurso para análise, em qualquer materialidade, significa compreender as possibilidades de pluralidade e/ou deriva de

sentido de palavras ou termos presentes na formulação (intradiscurso), inerentes às condições de sua produção, como a posição social do sujeito e o momento sócio-histórico da enunciação: “Como o discurso encontra-se na exterioridade, no seio da vida social, o analista necessita romper as estruturas linguísticas para chegar a ele.” (FERNANDES, 2008, p. 20).

Ao considerarmos o discurso e suas ideologias para esta discussão, não podemos esquecer o sujeito enquanto ser social, que se utilizará da língua(gem) para manifestar-se em um determinado momento histórico e social, apreendendo sentidos a partir de sua posição. Esse sujeito, concebido como sujeito discursivo, assume uma voz social e ideológica em determinado momento histórico e não pode ser considerado homogêneo, pelo contrário, é heteróclito e multifacetado. Sob essa perspectiva, “compreender o sujeito discursivo requer compreender quais são as vozes sociais que se fazem presentes em sua voz” (FERNANDES, 2008, p. 27).

Se o sujeito discursivo é produto do meio social, então devemos aqui apontar também para a concepção de memória discursiva e interdiscurso. Citando Dominique Maingueneau (2006), a memória discursiva está ligada aos discursos que o sujeito vai incorporando ao longo de sua trajetória. Em outras palavras, as ideologias presentes em determinados discursos que circulam socialmente vão sendo incorporadas, aos poucos, ao discurso do sujeito que, muitas vezes, sequer se dá conta dessa incorporação. O interdiscurso, por sua vez, está diretamente ligado a esse entrecruzamento de discursos que os sujeitos vão incorporando, ou seja, a sua formação discursiva:

Trata-se, conforme assinalamos, de uma interdiscursividade caracterizada pelo entrelaçamento de diferentes discursos, oriundos de diferentes momentos na história e de diferentes lugares sociais. (FERNANDES, 2008, p. 38)

A fim de analisarmos, neste artigo, recorte do jornal já mencionado, tomamos a língua, com base na AD, como condição fundamental pela qual sentidos se materializam, os quais, por sua vez, são sócio-historicamente construídos e estão abertos a reconfigurações, visto que

Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar à interpretação. (PÉCHEUX, 2002, p. 53)

Em relação a lugar de fala, de acordo com Djamila Ribeiro (2017), a expressão não se refere a indivíduos dizendo algo, mas às condições sociais que permitem ou não que grupos acessem lugares de cidadania. Trata-se de uma análise a partir da localização desses nas relações de poder, levando em conta os marcadores sociais de raça, gênero, classe, geração e sexualidade como elementos dentro de construções múltiplas na estrutura social. Portanto, o conceito parte das múltiplas condições que resultam das desigualdades e hierarquias que localizam grupos subalternizados. Toma-se lugar de fala, portanto, não como um objeto de interdição de uma parcela da sociedade, mas, ao contrário, de legitimação da fala daqueles que são, sócio-historicamente, marginalizados e silenciados.

### ***3. Negação da representatividade da mulher negra nas lideranças sociais***

O Jornal SINBA, veículo de expressão do movimento negro contra o preconceito e colonialismo no final da década de 70, traz uma matéria intitulada “O movimento negro e associações”. Tal matéria descreve como se caracterizavam, naquele momento, as organizações dos negros no Brasil e as pautas que combatiam o preconceito e o colonialismo, levando o leitor a perceber que, apesar de essas associações representarem as necessidades concretas do negro na sociedade, havia divergências entre esses grupos. De acordo com a matéria, há aqueles que representam os interesses da grande maioria (interesse coletivo), organizando-se contra os valores difundidos pela classe social dominante e a falta de vida digna, seja antes, seja depois da abolição da escravatura. Tais negros ainda vivem, mesmo após a abolição, do mesmo modo de vida, estando organizados em “zonas rurais, favelas e cortiços miseráveis” (SINBA, 1977, p. 3). Já outros, em sua minoria, irão representar a casa grande e trabalhar em favor de interesses próprios, ficando ainda atrelados ao paternalismo do antigo senhor, representando, portanto, ideais colonialistas e segregacionistas como a ascensão social, “assimilação de valores de raça e classe social dominante” (SINBA, 1977, p. 3).

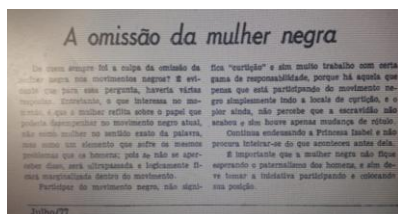
Ao final da página em que se encontra a matéria, temos o subtítulo “A omissão da mulher negra”, o qual vem complementar a ideia principal, só que direcionado especificamente às mulheres negras. O texto chama a atenção dessa mulher para o efetivo engajamento nas questões em pauta, já descritas ao longo da matéria principal. Essa publicação nos



remete à constatação de que a mulher foi tardiamente considerada engajada nas lutas sociais, uma vez que, segundo Gomes Silva (2019), não se considerava engajamento “a experiência das mulheres que escondiam os guerrilheiros, que cumpriam tarefas subalternas ou simplesmente que não foram encarceradas e/ou processadas” (GOMES SILVA, 2019, p. 60). Ou seja, ao contrário do que sociólogos e historiadores apresentam, a representatividade das mulheres negras na luta política e social contra o colonialismo e o regime ditatorial vem, sim, de longa data.

Como se trata de uma matéria sem assinatura, sabemos apenas, conforme informado pela redação do jornal, que foi feita por algum movimento ou alguém de representatividade política e social no combate ao preconceito e ao colonialismo. Desse modo, inicialmente, o enunciador pretende levar a mulher e, conseqüentemente a sociedade (os leitores), a refletir sobre quem seria o responsável pela omissão feminina negra nos movimentos sociais. Após afirmar que existem vários culpados, ressalta que cabe a essa mulher refletir sobre seu papel no movimento negro, relegando a ela a “culpa” por seu não engajamento. Vejamos o excerto da matéria que selecionamos para análise.

Figura 1.



Fonte: Jornal SINBA-RJ (1977, p. 3).

Conforme trecho da matéria apresentada acima, ao chamar a mulher à reflexão, o enunciador usa os seguintes termos: “**não como mulher no sentido exato da palavra**, mas como um **elemento** que sofre os mesmos problemas que os **homens...**” (SINBA, 1977, p. 3 – grifos nossos). Ao observar as palavras destacadas, já podemos notar o tom machista que constrói o discurso propagado nessa matéria, no entanto, antes de entrarmos nesse aspecto, primeiramente vamos atentar ao significado exato da palavra mulher, como ressaltado acima.

Para o dicionário, o sentido figurado da palavra “mulher”, e também o mais difundido historicamente, significa “a representação de um ser sensível, delicado, afetivo, intuitivo; fraco fisicamente, indefeso (o

‘sexo frágil’), idealmente belo (o ‘belo sexo’), devotado ao lar e à família (mulher do lar) etc.”.<sup>2</sup> Enquanto homem (sexo masculino) é sinônimo – ao contrário da acepção da mulher – de força máscula e viril. Nesse sentido, no período em que a matéria foi publicada, aquele que corresponde à ditadura civil-militar, essa figura masculinizada é pautada nas ações do homem militar, que governava o país de forma grosseira e violenta. Vemos então,

[...] o quão era necessário... salientar a heterossexualidade como expressão da sexualidade vigente, intensificar a diferença entre os gêneros e seus papéis atribuídos socialmente a partir do ano de 1964 no Brasil, exaltando sempre a figura do homem como um ser superior e dominador, único e capaz de tomar decisões “coerentes” para a então conjuntura social, política e econômica do período, enquanto à mulher restaria o papel de provedora do lar e dos afazeres domésticos, possuindo como característica principal a submissão a esse homem. (ARAUJO, SOUZA, 2018, p. 2)

Sendo assim, no recorte sob análise, ao enfatizar que a mulher para ser aceita no movimento e nas associações deve se comportar como “elemento” (pessoa ou indivíduo que faz parte de um todo social), é reforçado o imaginário de figura masculinizada superior e dominadora. Ou seja, corroborando com as ideias difundidas no período, a mulher precisa se espelhar naqueles que possuem a força masculina de liderança e luta, a única capaz de assumir um comando e tomar decisões assertivas. Dessa forma, a mulher deve comportar-se como um homem (elemento), deixar de ser mulher e ainda, “sofrer como os homens”.

No excerto apresentado fica clara uma formação discursiva machista, que considera a mulher como frágil, sentimentalista e aquela que somente possui capacidade para os afazeres domésticos sendo, portanto, imprescindível despir-se de sua “essência” para engajar-se na defesa de uma pauta coletiva que visa ao combate dos ideais colonialistas. Para que ela possa fazer parte da luta social, é preciso comportar-se como “elemento homem”, masculinizar-se e assumir o outro, as dores do outro e o comportamento do outro.

Assim, ao longo do texto, o enunciador enfatiza sua tese de negação da participação da mulher negra na luta e, ao mesmo tempo, traz a tese dos ideais paternalistas enraizados na sociedade da época, reforçando, mesmo que inconscientemente, os ideais do patriarcado colonial ao

---

<sup>2</sup> Oxford Languages and Google. *Fonte:* <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>. Acessado em: fevereiro de 2021.

ressaltar que a mulher negra, quando vai aos movimentos, é apenas para “curtir” e não para lutar, como enfatizado no excerto: “Participar do movimento negro não significa “curtição” e sim muito trabalho com certa gama de responsabilidade.” (SINBA, 1977, p. 3). Tais afirmações evidenciam uma posição machista, colonialista, que reverbera a supremacia do homem e a inferioridade da mulher. Para tal ideologia, a mulher não tem atitude no sentido da luta de classe, as ações sempre partem do homem, é ele quem vai à luta, conforme ressaltado no trecho a seguir: “... não fique esperando o paternalismo dos homens e sim deve tomar a iniciativa participando e colocando sua posição” (SINBA, 1977, p. 3).

A negação da capacidade da mulher em relação a sua posição diante das demandas coletivas dos grupos negros ressalta o discurso machista tão difundido àquela época e ressuscitado nos dias atuais. O enunciador, além de reforçar essa ideologia ao leitor do SINBA, também incita as mulheres a se questionarem sobre suas posições no movimento, alertando-as para a possibilidade de ficarem “marginalizadas dentro do movimento”. Mas não seriam essas mulheres já marginalizadas? Participar de um movimento em que prevalece a segregação dos gêneros, ou ter que comportar-se tal qual um homem para poder ser considerada militante política, também não é continuar à margem? Não ter seu potencial reconhecido, quando se é mulher no sentido estrito da palavra, também não é difundir os ideais paternalistas tão rejeitados pelo movimento?

É interessante considerarmos que o jornal SINBA, além do cunho abertamente político e panfletário, oferecia uma narrativa que se pretendia contra-hegemônica e de valorização da subjetividade dos seus autores. Pressupomos, portanto, que os sujeitos que buscavam esse jornal para publicação coadunavam com esse ideal. Entretanto, seguindo uma perspectiva discursiva da linguagem como não transparente e, consequentemente, contraditória, a análise do enunciado leva-nos a perceber que uma posição machista- contrária, portanto, ao que se imaginava para o periódico- encontrava ecos para se estabelecer mesmo dentro do movimento liderado e idealizado por homens negros que buscavam combater o preconceito e o paternalismo da classe dominante.

Para analisar tal ocorrência, importa tomarmos a noção de sujeito, como explicitado por Michel Pêcheux (1988), e não de homem. É o sujeito que deve ser trazido para o centro da análise; um sujeito específico, um sujeito da linguagem, do inconsciente, interpelado pela ideologia. Isto é, um sujeito descentrado, constituído e atravessado pela linguagem. Em consonância com as discussões de Luciana Leão Brasil (2011), esse

sujeito do discurso não se pertence, ele se constitui pelo esquecimento daquilo que o determina: significação do fenômeno da interpelação do indivíduo em sujeito do seu próprio discurso.

Voltando ao enunciado sob análise, a aparente ruptura com os ideais declarados pela imprensa marginal negra, deve-se ao fato de, conforme esclarece Pêcheux (1988), a posição-sujeito configurar-se como um objeto imaginário que ocupa seu espaço no processo discursivo. Dessa forma, o sujeito não é um, mas comporta distintas posições-sujeito que variam conforme as formações discursivas e ideológicas nas quais o sujeito se inscreve. No caso em tela, a posição-sujeito que se configura denuncia uma formação ideológica perpassada pelo machismo da época, do qual, embora ‘o homem’ pudesse querer se livrar, ‘o sujeito’ não conseguiria se desvencilhar, posto que está submetido a processos inconscientes, dos quais não tem controle.

Ao pensar esse sujeito inscrito em diferentes formações ideológicas, devemos considerá-lo como afetado por um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem “individuais” nem “universais”, mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classe em conflito umas com as outras. Pêcheux e Fuchs (1997 [1975]) explicam que as formações ideológicas mantêm entre si relações de antagonismo, de aliança ou de dominação. É nesse sentido que vemos a formação ideológica machista, opressora-preconceituosa, sobrepondo-se a um sujeito marcado exatamente pela opressão e pelo preconceito, contra os quais, tenta lutar.

Desse modo, ao considerarmos o sujeito como construído sócio-historicamente, tendo, em sua formação discursiva, discursos outros que o constituem e que o fazem querer constituir o “outro”, podemos afirmar ser essa matéria portadora de um discurso ideológico propagado naquele momento, relacionado às lideranças políticas da época, que anulavam a participação da mulher negra nos movimentos sociais. Nesse sentido, a matéria analisada é constituída por um intradiscorso (formulação) atravessado por interdiscursos machista e colonizador. Tal ideologia foi endossada e construída ao longo de décadas por historiadores e sociólogos na tentativa de relegar as mulheres negras à marginalidade na luta, reforçando assim o estereótipo de mulher enquanto “sexo frágil” e, portanto, dissonante dos movimentos políticos sociais brasileiros no período da repressão.

#### 4. *Considerações finais*

Ao considerarmos, para análise, a formação discursiva do sujeito da enunciação, construída sócio-historicamente, não podemos desprezar também o momento social e histórico de circulação do jornal e de vivência dos sujeitos que escreviam as matérias publicadas. Era um momento de repressão militar e prevalência das ideias de supremacia colonialistas. Por mais que o sujeito tente romper com essas ideias, elas estão presentes em sua formação, enraizadas ao longo de décadas na sociedade: “Em uma sociedade como a nossa, o saber é distribuído por uma rede institucional, hierarquizada em que o saber relaciona-se ao poder.” (ORLANDI, 2015, p. 17). Dessa forma, vemos como ainda é difícil romper com as ideias machistas e preconceituosas tão impregnadas nos discursos divulgados pela escola, religião e outras tantas instituições sociais, uma vez que esse discurso legitima a supremacia masculina em detrimento do feminino.

Nessa perspectiva, por meio da AD francesa, foi possível perceber como o machismo estruturalista se fez presente na sociedade da época, inclusive sendo difundido em um jornal que debate o preconceito e o colonialismo. Conforme elencando anteriormente, o Jornal SINBA, afirma não concordar com tudo que divulga, no entanto, acaba fazendo repercutir ideias machistas de uma época em que prevalecia o ideal masculinizado de militantes e governantes políticos. Segundo Orlandi (2015), tais efeitos de sentido reverberados nessa análise só são possíveis porque esses sujeitos são afetados sócio-historicamente por suas memórias discursivas. Assim, por mais que a intenção seja romper com o discurso dominante, ainda aparecem resquícios dele na enunciação.

Nosso intuito, neste artigo, foi levar à reflexão acerca de como as mulheres negras foram desprezadas historicamente e como essa questão é perpassada por ideologias impregnadas no imaginário dos sujeitos que consideram as mulheres como aquelas que ficaram à margem dos movimentos políticos sociais no período da repressão. Antagonicamente, pesquisas como a de Gomes Silva (2019) contribuem para a difusão de uma ideologia contrária ao machismo estrutural, revelando como mulheres negras contribuíram para as pautas coletivas de luta social e também para aquelas específicas ao gênero feminino, como as que se referem a questões trabalhistas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Gabrielle Oliveira de. Na raça pela democracia: A luta política dos jornais negros na ditadura (1977/1988). *Anais do 30º Simpósio Nacional de História da Associação Nacional de História*, 2019. Acessado em: fevereiro de 2021.

ARAÚJO, Rafael Gonçalves de; SOUZA, Josinete Lopes de. A reafirmação da masculinidade durante o regime militar no Brasil – 1960-80. *Anais do XIII Colóquio Nacional de Gênero e Sexualidades*. Campina Grande: Realize Eventos Científicos & Editora, 2018, pp. 1- 11. Acesso em fev.de 2021.

BRASIL, Luciana Leão. Michel Pêcheux e a teoria da análise do discurso: desdobramentos importantes para a compreensão de uma tipologia discursiva. *LING. Est. e Pesq.*, v. 15, n. 1, p. 171-82, Catalão-GO, jan./jun. 2011. Acessado em: fev. de 2021.

DE JESUS, Marize Conceição. O regime militar e a questão racial: o interdito. *Entre o local e o global: Anais do XVII Encontro de História da Anpuh-Rio*, 2016.

FERNANDES, Cleudemar Alves. *Análise do discurso: reflexões introdutórias*. 2. ed. São Carlos: Claraluz, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2012.

GOMES SILVA, Tauana Olívia. Mulheres negras nos movimentos de esquerda durante a ditadura no Brasil (1964-1985). Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis-SC, 2019. 528p.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Edusp, 2003.

MAINGUENEAU, Dominique. *Termos-chave da análise do discurso*. Trad. de Márcio Venício Barbosa, Maria Emília Amarante Torres Lima. 2. reimpr., Belo Horizonte-MG: UFMG, 2006.

ORLANDI, Eni Puccinelle. *O discurso pedagógico: a circularidade*. 4. ed. Campinas-SP: Pontes, 1996.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-1969). In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs). *Por uma Análise Automática do Discurso*:

uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Trad. de Eni P. Orlandi. Campinas: Unicamp, 2010.

\_\_\_\_\_. *O discurso – estrutura ou acontecimento*. 3. ed. Trad. de Eni Orlandi. Campinas-SP: Pontes, 2002.

\_\_\_\_\_; FUCHS. A propósito da Análise Automática do Discurso. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs). *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. de Eni P. Orlandi. Campinas: Unicamp, 2010 [1997].

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

#### Outras fontes:

COMISSÃO DA VERDADE DE SÃO PAULO. *Relatório Final*. São Paulo: CEV-SP, 2015. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/>. Acessado em: fev. de 2021.

SINBA, JORNAL. *O movimento negro e associações*. Rio de Janeiro-RJ, 1977. Disponível em: [http://negritos.com.br/wp-content/plugins/pdfjs-viewer-shortcode/pdfjs/web/viewer.php?file=http%3A%2F%2Fnegritos.com.br%2Fwp-content%2Fuploads%2F2020%2F04%2FJornal-SinbaI.pdf&down load=true&print=true&openfile=false](http://negritos.com.br/wp-content/plugins/pdfjs-viewer-shortcode/pdfjs/web/viewer.php?file=http%3A%2F%2Fnegritos.com.br%2Fwp-content%2Fuploads%2F2020%2F04%2FJornal-SinbaI.pdf&down%20load=true&print=true&openfile=false) Acessado em: fev. 2021.